

	Ata de Reunião		
	Assunto: Comissão Colaborativa		Data: 25/09/2020
	Redator: Marcela Gonzaga	Local: Sala Virtual AEPII	Hora Início/Fim: 14:00 às 14:40

Participantes:
Juiz de Direito Fábio Alexsandro Costa Bastos, Assessor Especial da Presidência II — Assuntos Institucionais;
Juíza de Direito Fabiana Andréa de Almeida Oliveira Pellegrino - Coordenação dos Juizados Especiais – COJE
Juiz de Direito Jonny Maikel dos Santos - Corregedoria das Comarcas do Interior
Juíza de Direito Rosemunda Souza Barreto Valente
Juiz de Direito Glauco Dainese de Campos
Juiz de Direito Joselito Rodrigues de Miranda Junior – Corregedoria Geral de Justiça
Juíza de Direito Andrea Paula Matos Rodrigues de Miranda – Corregedoria Geral de Justiça
Janaína Barreto de Castro, Secretária de Gestão de Pessoas
Adriano Batista – Representante da OAB
Marcela Valverde Gonzaga, assessora da AEPII
Thaís Fonseca Felippi Pimentel, Diretora de Primeiro Grau

DESENVOLVIMENTO DA PAUTA

Aos 25 dias do mês de agosto do corrente ano, compareceram à sala de reuniões virtual da AEPII, às 14:40 horas, os membros do Comissão Colaborativa, conforme registro fotográfico em anexo, para discussão dos pontos abaixo delineados.

Iniciada a reunião, Dr. Fábio cumprimentou e agradeu ao presença de cada participante. À pedido, a ausência de Dra. Andrea Paula fora justificada, constando na presente ata que a magistrada não esteve presente em razão de agenda extraordinária.

Franqueada a palavra à Thaís Fellipi, que passou a deliberar sobre os itens da pauta a seguir:

1. Implantação do PJe Criminal

Com a palavra, Thaís Fellipi, Diretora de Primeiro Grau, noticiou acerca da escolha de algumas ações que estariam em trâmite no poder judiciário, com o objetivo de melhoria da prestação jurisdicional, sendo a primeiro dessas ações, a Implantação do PJe Criminal nas unidades de entrâncias inicial e intermediária, com o objetivo de que todos os processos físicos fossem implantados no sistema eletrônico, para não haver mais entrada de processos físicos nessas unidades.

Completo que, o projeto já estaria em andamento nas comarcas do interior e que todo semana haveria uma nova implantação com o intuito de que no dia 23 de novembro de 2020 fosse concluída a implantação nas comarcas que utilizam o sistema Saipro, sem haver mais a entrada de processos físicos no Poder Judiciário. Assegurou que esse limte seria em relação a primeira fase, e após, se avançaria para as comarcas que utilizam o Sistema Saj.

2. Implantação do Pje Mídias

Thaís informou que a previsão para a conclusão de implementação desse sistema estaria prevista para o dia 20 de novembro de 2020, com o objetivo de acabar com a necessidade de realizar a juntada de mídias físicas nos processos judiciais. Pontuou, que, o advogado terá a oportunidade de realizar a juntada de arquivos por meio do referido sistema, o que trará a segurança para o trâmite das mídias no processo.

Em seguida, destacou que o Pje Mídias conta com a possibilidade de audiência digital, no qual,

	Ata de Reunião		
	Assunto: Comissão Colaborativa		Data: 25/09/2020
	Redator: Marcela Gonzaga	Local: Sala Virtual AEPII	Hora Início/Fim: 14:00 às 14:40

as varas poderão realizar as audiências de forma gravada, no qual, a gravação estará disponível para os interessados,.

3. Implantação do Alvará Eletrônico

Ainda com a palavra, Thaís ressaltou o êxito de implantação do alvará eletrônico em todas as unidades em que o alvará precisaria de assinatura física, no qual, o depósito será digitado na conta da parte ou dos advogados, sem necessidade de se dirigir a uma agência bancária. Destacou que a implantação estaria sendo realizada por meio de um treinamento virtual nas comarcas de menor porte, já com programação de finalização da implantação em todas as unidades do Poder Judiciário, sem haver mais necessidade de alvará físico.

Asseverou que já estaria sendo trabalhada a possibilidade de implantação do alvará eletrônico nas unidades de 2º grau, nas câmaras e gabinetes.

4. Campanha motivacional com os advogados para melhoria do cadastro processual

Thaís pontou sobre a discussão realizada nos grupos internos do Tribunal de Justiça acerca dos cadastros processuais existentes no PJBA e que haveria sido analisada a qualidade desses cadastros realizados, constatando-se que, o que mais estaria impactando, seriam os processos incluídos na meta 2 que possuíam erros nos cadastros.

Noticiou sobre a possibilidade de campanha conjunta, com o apoio da OAB para estimular a melhoria do cadastro do processo eletrônico pelos advogados, com utilização da árvore correta da classe processual. Dessa forma, ressaltou, que, busca-se o apoio dos advogados no cadastro de processos eletrônicos. Com isso, Dr. Glauco corroborou com as deliberações expostas por Thaís e, pontuou que, a qualidade dos cadastros influencia na melhoria da prestação jurisdicional pelos magistrados e pelos Cartórios.

Dr. Adriano também ratificou a ideia exposta e sugeriu a possibilidade de marcação de reunião mais técnica com a SETIM, ASCOM e o Setor Técnico da OAB para verificar a possibilidade de promover cursos de treinamento para o cadastramento de processos, com material de consulta para os advogados, como forma de alcançar o público de forma mais efetiva. Em seguida, Dr. Jonny Maikel pontuou sobre a necessidade de envolver o MPBA e DPE/BA no treinamento para melhoria dos cadastros processuais.

Foi determinado a inclusão do presente item para discussão na próxima reunião.

Nada mais havendo, eu, Marcela Gonzaga, lavrei a presente ata.

Disponibilizo o link da presente reunião gravada no sistema de videoconferência:
<https://manage.lifefize.com/singleRecording/b31a0a59-41fe-4a6d-9048-beff71f9646d>